

PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 001/2026

Processo Administrativo Nº 06/2026

O Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 com suas alterações posteriores, Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, e na Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados), Decretos Municipais e demais normas regulamentares aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO de na forma ELETRÔNICA mediante as condições estabelecidas neste Edital.

ÓRGÃO GERENCIADOR

Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de combustível (Gasolina Comum, Óleo Diesel S500 e Óleo Diesel S10), destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais do Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

VALOR TOTAL ESTIMADO

R\$ 948.780,00 (novecentos e quarenta e oito mil setecentos e oitenta reais).

PORTAL UTILIZADO: Licitanet

ENDEREÇO DO PORTAL: www.licitanet.com.br

DATA: 26 de março de 2026

HORÁRIO: 09:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

E-MAIL: licitacao@saae.acailandia.ma.gov.br

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: KENETH PHILIPY ALVES CARVALHO

AUTORIDADE COMPETENTE: OSCAR FERNANDO DE OLIVEIRA

CRITERIOS ESPECIFICOS DA CONTRATAÇÃO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Maior Percentual de Desconto por Item**

FORMA DE ADJUDICAÇÃO: **Global**

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

INTERVALO ENTRE OS LANCES (0,5%)

REGIME DE EXECUÇÃO: **FORNECIMENTO**

EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA: **NÃO**

APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS: **NÃO**

EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA: **NÃO**

EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE CONTRATO: **NÃO**



PERMITE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO: NÃO
HAVERÁ INVERSÃO A FASE DE HABILITAÇÃO: NÃO
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (Sessenta) DIAS

DOS BENEFÍCIOS AS MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Itens/Lotes destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006): NÃO

Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP? (Art. 48, III, Lei Complementar nº 123/06): NÃO

Prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (Art. 48, §3º, Lei Complementar nº 123/06): NÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

1. PREÂMBULO

Torna-se público que o Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, por meio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL), sediado(a) na sede do SAAE de Açailândia, localizado à Rua 26 Quadra 02, Lote 07, Brasil Novo, CEP. 65.930-000, Açailândia-MA, que realizará no **dia 26 de março de 2026 às 09:00 (nove horas)** horário de Brasília, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de combustível (Gasolina Comum, Óleo Diesel S500 e Óleo Diesel S10), destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais do Município de Açailândia SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, observadas as normas e condições do presente Edital e seus Anexos, e as disposições contidas nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados), Decretos Municipais e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1.1. Do acesso ao edital e do local de realização:

1.1.1. O Edital está disponível gratuitamente nos sites

<https://www.acailandia.ma.gov.br/licitacoes> e <https://www.licitanet.com.br>.

1.1.2. O certame será realizado por meio do Sistema do LICITANET, no endereço eletrônico **<https://www.licitanet.com.br>**

1.2. **Referência de tempo:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de Brasília/DF.

1.3. Não havendo expediente na data marcada ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data prevista, a sessão será automaticamente



transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Agente/Pregoeiro em contrário, por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de combustível (Gasolina Comum, Óleo Diesel S500 e Óleo Diesel S10), destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais do Município de Açailândia SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. O critério de julgamento adotado será o **Maior Percentual de Desconto por Item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.3. A licitação será por item, conforme tabela constante no Termo de Referência.

2.4. O valor estimado máximo para a contratação pretendida é de **R\$ 948.780,00 (novecentos e quarenta e oito mil setecentos e oitenta reais)**.

2.5. O valor total estimado acima mencionado foi apurado com base em pesquisas de preços praticados no mercado local/regional, bem como no resultado do levantamento de preços de combustíveis referente ao período de 22/02/2026 a 28/02/2026, divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

2.6. Destaca-se, ainda, que para a definição da quantidade estimada foi utilizada como referência a média de consumo de combustíveis verificada nos últimos dois anos, garantindo maior precisão e compatibilidade com a demanda real da autarquia.

2.7. O valor total estimado esta conforme mapa de apuração exarado pelo DEPARTAMENTO DE COMPRAS.

2.8. Em caso de divergência entre a descrição e unidades de medida dos itens no sistema do Licitanet e no termo de referência, prevalecerá este último, para fins de elaboração da proposta de preços.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.5. As despesas decorrentes do presente contratação correrão à conta de recursos específicos na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	02-Serviço Autônomo de Água e Esgoto- SAAE
UNIDADE	21-Serviço Autônomo de água e esgoto de Açailândia- SAAE
AÇÃO	17.512.0061.2292.0000



PROJETO/ATIVIDADE	Manutenção dos Subistemas de Abastecimento de Água e Esgoto
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE DE RECURSO	500 - Recursos Ordinários

3.6. O valor estimado foi obtido através de pesquisa de preço no mês de fevereiro junto a Agência Nacional de Petróleo – ANP; referência do município de Açailândia/MA;

3.2.2. O valor estimado é **R\$ 948.780,00 (novecentos e quarenta e oito mil setecentos e oitenta reais);**

3.7. Em caso de prorrogação contratual ou alteração/inclusão dos respectivos créditos orçamentários e/ou financeiros, as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

4.3. A ata de registro de preços será **assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.**

4.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

4.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



5. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

5.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3. A impugnação e os pedidos de esclarecimentos sobre este Edital somente serão respondidos quando solicitados ao Agente/Pregoeiro de Contratação, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, em campo próprio na plataforma LICITANET.

5.4. Em hipótese alguma serão considerados pedidos de esclarecimento e/ou impugnação por email ou outro meio, para a própria segurança do licitante, para minimizar os riscos de não ter seu pedido apreciado tempestivamente.

5.5. O Agente/pregoeiro de Contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente/pregoeiro de contratação, nos autos do processo de licitação.

5.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.9. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

6. DO CREDENCIAMENTO E DAS RESPONSABILIDADE DO USO DO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no LICITANET, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2. O cadastro no LICITANET poderá ser iniciado no Portal de Compras do LICITANET, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao



provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.7. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações e mensagens no sistema eletrônico, durante e após a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8. Nos casos de dificuldades ou falhas no acesso ao sistema, desconexões, erros de autenticação ou bloqueio de acesso, não caberá ao órgão promotor da licitação a responsabilidade sobre a prestação de suporte ou por eventuais perdas decorrentes da perda de negócios diante da impossibilidade de acesso.

6.9. Para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido para MEI), deverão identificar o seu enquadramento, informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.

6.10. O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, no momento do cadastramento de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1. Poderão participar desta licitação quaisquer interessados que atendam às exigências e condições devidamente estabelecidas por este Edital e seus anexos e que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

7.2. Para participar deste Pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema de PREGÃO ELETRÔNICO através do site **<http://www.licitanet.com.br>**.

7.3. não estejam sob processo de falência;

7.3.1. É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

7.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no



Sistema de PREGÃO ELETRÔNICO relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.7. Para os itens cuja a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício previsto em lei, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e Decreto Municipal nº 136 de 2015.

7.9. Não poderão disputar esta licitação:

7.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.9.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.9.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.9.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.9.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.9.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.9.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



7.9.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

7.9.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

7.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

7.9.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. O impedimento de que trata o item 7.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.9.2 e 7.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.13. O disposto no item 7.9.2 e 7.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A vedação de que trata o item 7.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8. DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2. O envio da proposta, exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de acesso ao Portal: **licitanet.com.br**.

8.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios,



diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (caso exigível)

8.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

8.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 8.4 ou 8.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar



o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 8.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.15. Será estabelecido prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação da proposta.

8.16. A apresentação dos documentos de Habilitação será exigida apenas do(s) licitante(s) vencedor (s) com base no Art. 63 inciso II da lei 14133/2021.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitados os prazos nele estipulados, e consignar nos campos apropriados do sistema, **PARA CADA ITEM**:

9.1.1. Valor unitário e total do item;

9.1.2. Marca (quando for o caso);

9.1.3. Fabricante (quando for o caso);



9.1.4. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

9.1.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

9.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.5. O lance deverá ser ofertado em percentual pelo valor unitário do ITEM.

10.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, deverá ser de percentual de 0,5% (percentual).

10.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.



- 10.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 10.11. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final.
- 10.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 10.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance será considerado empatado com a primeira colocada.
- 10.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 10.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 10.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



10.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

10.17.2.4. empresas brasileiras; empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país; empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

10.17.2.5. Persistindo o empate será realizado sorteio (Acórdão 723/2024 TCU).

10.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.18.1. negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

10.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de desclassificação.

10.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.18.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



10.19. A proposta final READEQUADA deverá conter:

- a) Papel com timbre da empresa, nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal da licitante, conta bancária contendo os dados para bancários da empresa, telefone para contato, endereço de e-mail e dados do representante legal da empresa;
- b) Número do Pregão e do Processo;
- c) Marca e descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações técnicas deste Edital;
- d) Preço unitário, total e valor global, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, necessárias para a execução do objeto do edital, inclusive os de ordem social, previdenciária, trabalhista, securitária e tributária.
- e) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- f) A proposta deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor (pessoa jurídica) para fins de pagamento, bem como todos os dados de identificação do representante legal da empresa que assinará o Contrato.

10.19.1 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

10.19.2 É facultado ao Agente/Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

10.19.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência (sendo o caso), vinculam a Contratada.

11. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente/Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- c) Lista de Fornecedores Penalizados mantida pelo Portal Transparência da Prefeitura Municipal Açailândia, no (<https://acailandia.ma.gov.br/transparencia/sancao-empresas>). seguinte

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu



sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992.
11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

11.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

11.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação;

11.2.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

11.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação;

11.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 7.7 e 8.5 deste edital;

11.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente/pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 26 a 33, do DECRETO MUNICIPAL Nº 23 DE 22 DE JANEIRO DE 2024.

11.6. Para julgamento das propostas será adotado critério de maior percentual de descontos.

11.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.7.1. Contiver vícios insanáveis;

11.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.8. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 40% (quarenta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

11.9. Para fins de julgamento das propostas, com fulcro no DECRETO MUNICIPAL Nº 27, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022, serão considerados dentre outros meios idôneos a serem julgados pelo Agente/Pregoeiro, os seguintes:

11.9.1. Notas fiscais eletrônica de entrada do produto ou serviço licitado;



11.9.2. Notas fiscais eletrônica de saída do produto ou serviço lícitado;

11.10. Os referidos documentos do item 11.9.1, 11.9.2 deverão apresentar validade jurídica, e ter sido emitidos antes da abertura deste certame e limitados a no máximo de 180 (cento e oitenta) dias antes da abertura deste.

11.11. Além dos documentos descritos no caput deste artigo, ficará a critério do Pregoeiro, a exigência de outros meios idôneos que comprovem a execução do objeto lícitado.

11.12. O licitante que arrematar item ou lote que represente o valor de 40% (quarenta por cento) inferior ao cotado pela administração pública, deverá apresentar seguro garantia antes da assinatura do contrato, objetivando o fiel cumprimento do objeto lícitado.

11.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

11.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o prazo para entrega das amostras.

11.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente/Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Termo de Referência, a proposta da licitante será recusada.

11.13.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pela primeira classificada não for(em) aceita(s), o Agente/Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pela segunda classificada. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência, quando for o caso.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

12.2. Os documentos previstos neste edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.2.1. O licitante deverá apresentar os documentos para sua habilitação especificados a seguir, com validade vigente à data de sua apresentação, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, não sendo aceitos “protocolos de entrega ou solicitação de documento” em substituição.

12.2.2. Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificando em primeiro lugar, o Agente/Pregoeiro o declarará vencedor.

12.2.3. Ocorrendo a inabilitação, o Agente/Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório,



ou poderá revogar a licitação.

12.2.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.2.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.2.6. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.3. Documentos relativos à habilitação jurídica:

12.3.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

12.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária que comprove possuir como objeto a prestação de serviço compatível com os exigidos na licitação.

12.3.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores ou dirigentes, tratando-se de sociedades empresárias.

12.3.4. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

12.3.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.3.6. Documentos de identificação com foto de todos os sócios conforme o caso ou do empresário individual.

12.3.6.1. No caso de Procurador:

- a) Instrumento de mandato público, ou;
- b) Instrumento de mandato particular, assinado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida em Cartório, juntamente com Documento de constituição da empresa e alterações, conforme o caso, onde se verifique que o sócio subscritor possui legitimidade para outorgar a procuração referida, acompanhado de documentos comprobatórios.

12.3.6.2. No caso de sócio-gerente:

- a) Documento de constituição da empresa e alterações, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações decorrentes de tal investidura.

12.4. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

12.4.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ. **(com emissão não superior a 60 (sessenta) dias);**

12.4.2. **Prova de regularidade com a Fazenda Nacional**, mediante a apresentação de



certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

12.4.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, através de Ficha Cadastral ou Consulta ao SINTEGRA, expedido pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando possuir inscrição ativa no cadastro de contribuinte estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, atualizada (**com emissão não superior a 60 (sessenta) dias**);

12.4.3.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.4.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente (ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e TLF – Taxa de Localização e Funcionamento como o seu devido Alvará de funcionamento), apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

12.4.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

12.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

12.4.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.4.7.1. Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista apresentada por microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte (que se manifestou como tal no sistema do provedor), a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração de vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.4.7.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.



12.4.7.3. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data da abertura do certame ou do recebimento dos documentos de habilitação.

12.5. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

12.5.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

12.5.2. Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais Demonstrações Contábeis dos últimos 2 (dois) últimos exercícios sociais, acompanhados pelos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário e Notas Explicativas, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada à substituição por balancetes ou Balanço Provisório.

12.5.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

12.5.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada através dos seguintes índices: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um); a) Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, devidamente identificado com nome e registro no CRC, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos, com memória de cálculo, aplicando fórmulas dos índices dos índices de Liquidez Geral (ILG), Solvência Geral (ISG) e Liquidez Corrente (ILC) extraídos do último balanço patrimonial, observado o item

12.5.2, da seguinte forma: (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, § 1º);

ILG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
	cujo resultado deverá ser superior ou igual a 1,00

ISG =	Ativo Total Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
	cujo resultado deverá ser superior ou igual a 1,00

ILC =	Ativo Circulante Passivo Circulante
	cujo resultado deverá ser superior ou igual a 1,00

a.1. **Ó Índice de Liquidez Geral (ILG)** indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.



a.2. O **Índice de Solvência Geral (ISG)** expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

a.3. O **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

a.4. **Para os três índices (ISG, ILG e ILC), o resultado “maior ou igual a 1” é indispensável à comprovação da boa situação financeira**, sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor será a condição da empresa.

a.5. O atendimento aos índices estabelecidos neste Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

12.5.5. As empresas, que apresentarem qualquer dos índices acima, resultado inferior a 1 (um), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

12.5.6. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

12.5.7. Deverá o licitante apresentar a relação dos compromissos assumidos que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados. A ausência de empenhos/contratos que importem em diminuição da capacidade econômico-financeira e/ou relação falsa, ressalvado o direito à ampla defesa, ensejará na inabilitação da licitante e aplicação das penalidades cabíveis.

12.5.7.1. A relação da qual trata o subitem anterior deverá ser elaborada e assinada pelo profissional de contabilidade que responde pelo balanço patrimonial apresentado junto aos documentos de habilitação.

12.5.7.2. Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Maranhão, de acordo com o art. 1º do Decreto Estadual nº 21.040/2005, para empresários e sociedades empresariais do Estado do Maranhão, atualizada **emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública.**

12.6. Documentos relativos à qualificação técnica: A qualificação técnica, nos termos da legislação aplicável, será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

12.6.1. Atestado de Capacidade Técnica

12.6.1.1. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo, de modo satisfatório, bens ou serviços compatíveis e



pertinentes com o objeto desta licitação, em características e quantidades.

12.6.1.2. O atestado deverá:

- a) Ser emitido em papel timbrado da entidade expedidora;
- b) Conter CNPJ, endereço completo e telefone para contato;
- c) Estar datado e assinado por pessoa física devidamente identificada, com nome completo e cargo exercido (sócio, diretor, administrador, procurador, gerente ou servidor responsável);
- d) Conter informações que possibilitem a verificação de sua autenticidade pelo Pregoeiro ou pela Administração.

12.6.1.3. O atestado terá prazo de validade indeterminado, salvo quando houver indicação expressa de validade no próprio documento.

12.6.1.4. O atestado poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.6.1.5. A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações, podendo solicitar documentos complementares, tais como cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais, endereço atual da contratante e local de execução do objeto, dentre outros.

12.6.1.6. A aceitação de atestados que comprovem serviços ou fornecimentos similares ao objeto licitado será analisada no caso concreto, observando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

12.7. Declaração de Conhecimento das Condições da Licitação

12.7.1. Declaração da licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições legais e locais necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da licitação.

12.7.2. A não apresentação da referida declaração será interpretada pelo Pregoeiro como concordância com o teor do Edital.

12.8. Compatibilidade de CNAE

12.8.1. Comprovação de que a empresa possui Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) compatível com o item pleiteado no certame.

12.8.2. Em caso de divergência quanto à compatibilidade da atividade econômica, caberá análise pela Administração Pública.

12.9. Autorizações, Certificados e Licenças (quando aplicável ao objeto)

12.9.1. A licitante deverá apresentar, quando exigido pela natureza do objeto:

- a) Certificado de posto revendedor expedido pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, comprovando autorização para comercialização do objeto da licitação;
- b) Licença da ANP;
- c) Licença Ambiental;
- d) Licença do Corpo de Bombeiros;
- e) Licença de Operação;
- f) Alvará de Funcionamento.



13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.2.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.2.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.2.5. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.2.6. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DOS RECURSOS

14.1. Declarada a vencedora e decorrida a fase de regularização fiscal e/ou trabalhista da licitante beneficiária da Lei Complementar n.º 123/2006, se for o caso, será concedido o prazo de, no mínimo, 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



- 14.4.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 14.4.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 14.4.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 14.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 14.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **www.licitanet.com.br**.
- 14.12. Não serão reconhecidos os recursos interpostos enviados fora do Sistema LICITANET.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos a Autoridade Competente realizará a adjudicação e homologação dos itens/lotos da licitação aos seus respectivos vencedores.

16. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.

- 16.1. Fica assegurado ao Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 16.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 16.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 16.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.



16.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

17. DA REABETURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a ata/contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

17.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma LICITANET, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais e e-mail atualizados.

18. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

18.1. Durante a vigência da Licitação, a Administração poderá convocar o licitante beneficiário para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o Contrato ou outro Instrumento Equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste edital.

18.1.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

18.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante beneficiário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

18.1.3. O contrato deverá ser assinado por representante do licitante vencedor, devidamente habilitado;

18.2. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.3. Se licitante beneficiário convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente,



não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

18.3.1. Se não houver outros fornecedores registrados que tenham aceitado a executar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, o Agente/Pregoeiro, poderá examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as MEI / ME / EPP, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

18.4. O fornecedor e/ou prestador de serviços que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.5. Demais regras acerca da contratação serão estabelecidas no Termo do Contrato.

19. DOS DADOS PESSOAIS

19.1. Fica expressamente acordado que, em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as partes pactuantes do presente instrumento convocatório manterão absoluto sigilo sobre quaisquer dados ou informações pessoais a que tiver acesso em razão deste instrumento convocatório, comprometendo-se a não dar conhecimento transmitir ou ceder a terceiros, mesmo que parcialmente, dados que tenha ciência ou documentação que lhe for confiada, salvo mediante autorização escrita da parte detentora do dado, além de cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com as diretrizes estabelecidas na antedita legislação.

20. DAS DIRETRIZES ANTICORRUPÇÃO

20.1. As partes concordam que executarão as obrigações contidas no Instrumento Convocatório de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto na forma da legislação vigente.

20.2. A(s) EMPRESA(s) assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

20.3. Nenhum das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste instrumento convocatório, ou de outra forma que não relacionada a este instrumento convocatório, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

20.4. As partes se comprometem a estabelecer a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que



estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste Instrumento Convocatório, se houverem.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO

23.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. As sanções administrativas são as estabelecidas na Minuta do Contrato.

25. DO FORO

25.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Açailândia-MA, Estado do Maranhão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

26.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.6. Além do endereço **www.licitanet.com.br**, o Edital está disponibilizado, na íntegra, no



endereço eletrônico **<https://www.acailandia.ma.gov.br/home>**, acessando Portal Transparência > Licitações > Licitações em andamento.

26.7. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 26.7.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 26.7.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços
- 26.7.3. ANEXO III- Cadastro de Reserva
- 26.7.4. ANEXO IV – Minuta da Proposta de Preços
- 26.7.5. ANEXO V – Minuta do Termo de Contrato;
- 26.7.6. ANEXO VI – Modelo da declaração comprovando que a empresa licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 26.7.7. ANEXO VII- Modelo de declaração de enquadramento;
- 26.7.8. ANEXO VIII – Modelo de declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos
- 26.7.9. ANEXO IX – Modelo da Ordem de Fornecimento;
- 26.7.10. ANEXO X – Modelo do Termo de Recebimento Provisório;
- 26.7.11. ANEXO XI – Modelo do Termo de Recebimento Definitivo.

Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Estado do Maranhão.
Assinado digitalmente.

Oscar Fernando de Oliveira
Diretor Geral/SAAE
Portaria nº 067/2026- GAB



ANEXO I TERMO DE REFERENCIA

Município de Açailândia – SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto Pregão Eletrônico nº 001/2026, Processo Administrativo nº 006/2026

1. OBJETO:

1.1. O presente termo de referência tem por objeto Registro de Preços para eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento contínuos de combustíveis (óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum) para atender as necessidades do Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a presente contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis automotivos, em razão da necessidade contínua de abastecimento dos veículos e motocicletas utilizados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE no atendimento das atividades operacionais, tais como serviços de corte, leituras, manutenção de poços, bem como na operação e manutenção das redes de distribuição de água destinadas ao atendimento da população na abrangência tanto na zona urbana quanto na zona rural da cidade de Açailândia conforme o art. 6º XIII, XIV da Lei 14.133/21 e de acordo com o decreto municipal nº248/2025 no art. 3, IV.

2.1.1. Considerando que o abastecimento será realizado diretamente nos veículos da Autarquia nas dependências do fornecedor contratado, faz-se necessária a fixação de distância máxima entre o ponto de abastecimento e a sede ou base operacional do SAAE de Açailândia, a qual não deverá exceder **04 (quatro) quilômetros**, com o objetivo de reduzir custos operacionais, tempo de deslocamento, consumo desnecessário de combustível e desgaste da frota.

2.1.2. Para esta Autarquia, a contratação ora proposta mostra-se imprescindível para a regular execução das atividades administrativas e operacionais, garantindo a continuidade dos serviços essenciais prestados aos contribuintes, viabilizando a prestação adequada, eficiente e ininterrupta dos serviços públicos de abastecimento de água, em observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e do interesse público.

3. DESCRIÇÃO, UNIDADE DE MEDIDA E QUANTIDADE

3.1. Os itens a serem contratados estão descritos em planilha anexa, contendo especificações detalhadas, unidades de medida e quantidades estimadas, conforme as necessidades identificadas pela Administração.

3.2. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por percentual de desconto por item. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado pro igual período, ficando a critério da administração, a validade



sera a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3.4. A estimativa baseou-se nos dados históricos de consumo e na quantidade de veículos que a autarquia utiliza em suas atividades cotidianas. Essa estimativa priorizou o uso racional dos recursos públicos, evitando contratações desnecessárias e assegurando que as atividades sejam executadas conforme a necessidade do SAAE. Dessa forma, promove-se uma gestão eficiente, econômica e sustentável, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento e à economicidade.

3.5. DESCRIÇÃO DOS ITENS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO	UNID	QUANT.	Preço Unitário	Preço Total	Percentual de desconto
01	Gasolina comum, com as seguintes características mínimas: combustível automotivo em conformidade com as características constantes nos regulamentos técnicos vigentes da agência nacional do petróleo - ANP	LITRO	84.000	6,47	543.480,00	
02	Óleo Diesel S10 com teor máximo de enxofre de 10mg/kg (ppm = partes por milhão)	LITRO	28.000	5,82	162.960,00	
03	Óleo Diesel S500 com teor de enxofre máximo de 500 mg/kg (ppm = partes por milhão)	LITRO	42.000	5,77	242.340,00	
Valor Total					948.780,00	

Valor Total R\$ 948.780,00 (novecentos e quarenta e oito mil setecentos e oitenta reais).

3.6 Para a elaboração da tabela de valores estimados, foram utilizados como referência os preços médios praticados por postos de combustíveis locais, bem como os preços máximos divulgados pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP** **semanalmente**, relativos à Gasolina Comum, ao Diesel S500 e ao Diesel S10, conforme documentação juntada aos autos do processo.

3.7 Observações sobre o Critério de Desconto

3.7.1 O licitante deverá consignar, para cada item que compõe o objeto (Gasolina Comum, Diesel S500 e Diesel S10), o **percentual de desconto** que incidirá sobre o respectivo preço máximo divulgado pela ANP, já considerados e inclusos todos os tributos, encargos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.



3.7.2 O percentual de desconto ofertado será aplicado, durante a execução contratual, sobre o **preço máximo praticado no Município de Açailândia/MA, Municípios Vizinhos ou Estado**, conforme divulgação semanal da ANP.

3.7.3 Para fins de execução contratual, os preços unitários sofrerão variações de acordo com os preços máximos dos combustíveis divulgados pela ANP, considerando-se sempre os valores referentes à **última semana publicada**, aplicado o percentual de desconto contratado.

4. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

4.1 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente do País, **Real (R\$)**.

4.2 Os percentuais de desconto, bem como os valores decorrentes da aplicação desses descontos, deverão ser apresentados com **até duas casas decimais** após a vírgula.

4.2.1 Não será admitido o fracionamento de centavos que ultrapasse duas casas decimais, devendo ser **desprezada a fração remanescente**, sem arredondamento.

4.3 Somente serão aceitos os preços unitários e os preços totais/globais que, após a fase de lances e/ou negociação, resultem em valores **iguais ou inferiores aos preços estimados/orçados** por esta Administração Pública, constantes nos autos do processo, observada a aplicação do percentual de desconto sobre os preços máximos divulgados pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, DA FORMA DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DA ENTREGA

5.1 O abastecimento dos veículos e motocicletas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE será realizado **exclusivamente na estrutura física do posto de combustíveis contratado**, observadas as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

5.2 O abastecimento ocorrerá **mediante apresentação de Ordem ou Autorização de Abastecimento**, emitida pelo CONTRATANTE, devendo ser realizado de forma imediata no ato de sua apresentação.

5.3 O fornecimento dos combustíveis será efetuado de forma **parcelada**, conforme a necessidade da Autarquia Municipal, não se obrigando o CONTRATANTE à aquisição da totalidade das quantidades estimadas.

5.4 Para o fornecimento das quantidades adquiridas, observar-se-á o seguinte procedimento, de acordo com as necessidades e conveniências do CONTRATANTE:

5.4.1 O CONTRATANTE encaminhará seus veículos ao local de abastecimento **em dias úteis, feriados e fins de semana**, conforme a necessidade do órgão devendo a CONTRATADA manter profissionais disponíveis para a realização do abastecimento durante todo o período de funcionamento do posto.



5.4.2 A CONTRATADA fornecerá os combustíveis mediante apresentação de **Autorização de Abastecimento**, conforme modelo previamente definido pelo CONTRATANTE e aceito pelas partes.

5.4.3 A Autorização de Abastecimento deverá ser devidamente preenchida e assinada pelos responsáveis, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Cliente: Município de Açailândia – SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto;
- b) Placa do veículo abastecido;
- c) Quantidade, em litros, e tipo de combustível fornecido;
- d) Data do abastecimento;
- e) Assinatura do funcionário da CONTRATADA responsável pelo abastecimento;
- f) Assinatura e carimbo do responsável do SAAE autorizador do fornecimento;
- g) Validade da autorização restrita ao período de até **5 (cinco) dias** contados de sua emissão.

5.5 Os combustíveis fornecidos serão **recusados** pelo CONTRATANTE quando apresentarem densidade fora dos padrões estabelecidos, divergência quanto ao produto solicitado, volume inferior ao autorizado, contaminação por substâncias não permitidas ou qualquer outra desconformidade em relação às especificações técnicas da **ANP**.

5.6 Para cada abastecimento, deverão ser especificados, na Autorização de Abastecimento, os quantitativos efetivamente fornecidos, em litros, bem como deverá ser disponibilizado o respectivo comprovante ao CONTRATANTE.

5.7 Não será admitida a recusa de abastecimento sob a alegação de **sobrecarga na capacidade instalada**, devendo a CONTRATADA garantir a regularidade e continuidade do fornecimento.

5.8 Em casos de panes, desabastecimento, situações fortuitas ou de força maior, a CONTRATADA deverá providenciar **alternativas de abastecimento**, nas mesmas condições pactuadas, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, contado do recebimento da formalização da descontinuidade emitida pelo CONTRATANTE, independentemente de culpa.

5.8.1 Nesses casos excepcionais, o abastecimento poderá ser realizado por outro estabelecimento localizado a uma distância máxima de **04 (quatro) quilômetros** da sede ou base operacional do SAAE no Município de Açailândia/MA, **sem caracterizar subcontratação**, desde que devidamente justificada e comprovada a necessidade pela CONTRATADA.

5.9 A CONTRATADA estará sujeita às **sanções previstas no contrato e na legislação vigente**, na medida de sua responsabilidade, em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

5.10 O critério de julgamento da licitação será o **maior percentual de desconto** ofertado sobre os preços unitários dos combustíveis previstos neste Termo de Referência, por litro, observadas as condições estabelecidas no edital.



6. GARANTIA DOS PRODUTOS

6.1 Os combustíveis fornecidos deverão atender integralmente às **especificações técnicas e aos padrões de qualidade** estabelecidos pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, bem como à legislação vigente aplicável ao setor.

6.2 A CONTRATADA deverá **garantir a qualidade, a procedência e a conformidade** dos combustíveis fornecidos, responsabilizando-se integralmente por quaisquer danos, prejuízos ou perdas causadas ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da utilização de produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

6.3 O revendedor de combustíveis obriga-se a **realizar análises dos produtos em comercialização sempre que solicitadas pelo CONTRATANTE**, devendo manter disponíveis, no estabelecimento, os materiais, equipamentos e condições necessárias à realização dos testes, conforme disposto nas **resoluções da ANP vigentes**.

6.4 Os procedimentos para a realização das análises e testes de qualidade dos combustíveis deverão observar rigorosamente a, podendo o CONTRATANTE acompanhar, fiscalizar ou solicitar a comprovação dos resultados.

6.5 A garantia da qualidade mínima dos combustíveis fornecidos ficará sob a **inteira responsabilidade da CONTRATADA**, sujeitando-a às **sanções administrativas, contratuais e legais cabíveis**, sem prejuízo da obrigação de substituição do produto e da **reparação integral dos danos** eventualmente causados.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 O julgamento das propostas será realizado pelo critério do **maior percentual de desconto por item**, a ser aplicado sobre os **preços máximos dos combustíveis divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

7.2 Será declarada vencedora a proposta que apresentar o maior desconto para cada item, desde que atendidas todas as exigências de habilitação e que o desconto ofertado resulte em preços **compatíveis com os valores estimados** pela Administração.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1 As exigências de habilitação serão definidas no edital da licitação, em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**, e demais normas aplicáveis, sendo exigida, no mínimo, a comprovação de:

8.1.1 Habilitação jurídica;

8.1.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos da legislação vigente;

8.1.3 Qualificação técnica, compatível com o objeto da contratação, especialmente relacionada ao fornecimento de combustíveis automotivos;

8.1.4 Qualificação econômico-financeira, conforme critérios estabelecidos no edital;



8.1.5 Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

9. DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Decreto Municipal nº 140/2017, e suas alterações posteriores, que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública Municipal, estabelece as hipóteses de utilização do referido sistema, aplicáveis à presente contratação, em consonância com a legislação federal vigente.

9.2 No caso da contratação objeto deste certame, a adoção do **Sistema de Registro de Preços – SRP** mostra-se necessária e adequada, uma vez que o fornecimento de combustíveis atenderá de forma parcelada pela a razão da natureza contínua e variável da demanda.

9.3 A aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços encontra amparo nos **arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021,** bem como no Decreto Municipal nº 140/2017, possibilitando a contratação conforme a efetiva necessidade da Administração, sem a obrigatoriedade de aquisição integral das quantidades estimadas.

9.4 Após a adjudicação e a homologação do resultado da licitação pela autoridade competente, será formalizada a **Ata de Registro de Preços,** a ser firmada entre a(s) licitante(s) vencedora(s) e o **Município de Açailândia – SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto,** com efeito de compromisso para futuras contratações, nos limites e condições estabelecidos no edital e na referida ata.

10. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A Ata de Registro de Preços a ser firmada terá vigência de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da **Lei Federal nº 14.133/2021,** podendo ser prorrogada ou encerrada conforme as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Açailândia, poderá cancelar a **Ata de Registro de Preços, a qualquer tempo,** mediante decisão motivada, **independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial,** assegurados o contraditório e a ampla defesa, **sem que caiba à adjudicatária qualquer direito à indenização,** nas seguintes hipóteses, entre outras previstas em lei:

I – decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência civil, dissolução ou liquidação da adjudicatária;

II – transferência, cessão ou subcontratação, total ou parcial, da Ata de Registro de Preços, sem prévia e expressa autorização da Administração;



III – atraso injustificado superior a **30 (trinta) dias** no cumprimento das obrigações assumidas, contado a partir da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento;

IV – descumprimento de cláusulas da Ata de Registro de Preços, do edital ou da legislação aplicável;

V – razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente.

11.2 O cancelamento da Ata de Registro de Preços não exime a adjudicatária da aplicação das **sanções administrativas cabíveis**, nem da responsabilidade por eventuais danos causados à Administração.

12. DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

12.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os **percentuais de desconto registrados** permanecerão **fixos e irrevogáveis**, aplicando-se sempre sobre os **preços máximos dos combustíveis divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, ressalvadas as hipóteses legais de revisão para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

12.2 Os preços decorrentes da aplicação do desconto registrado poderão ser **revistos** quando comprovada a ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que altere substancialmente os custos da execução, ou ainda em caso de **redução dos preços praticados no mercado**, nos termos dos arts. 124 a 137 da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

12.3 Quando o preço resultante da aplicação do desconto registrado tornar-se **superior ao praticado no mercado**, a Administração convocará o fornecedor registrado para **negociação**, com vistas à adequação dos preços às condições mais vantajosas para o CONTRATANTE.

12.4 Frustrada a negociação prevista no item anterior, o fornecedor poderá ser **liberado do compromisso assumido**, sem aplicação de penalidades, desde que devidamente comprovada a inviabilidade da manutenção do preço registrado.

12.5 Mesmo comprovada a ocorrência de situação que autorize a revisão de preços, a Administração, por razões de conveniência e oportunidade devidamente justificadas, poderá **cancelar a Ata de Registro de Preços** e promover a instauração de novo procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1 A existência da **Ata de Registro de Preços** não obriga o Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, a efetivar as contratações nas quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a realização de contratações conforme a efetiva necessidade e conveniência administrativa, **respeitada a legislação vigente**, sendo assegurado ao fornecedor registrado o **direito de preferência**, em igualdade de condições.

13.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas após a devida indicação pelo Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto,



por meio de **instrumento contratual próprio ou instrumento equivalente**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, observando-se o que segue:

13.2.1 A Administração poderá, a seu critério, substituir o contrato por **nota de empenho, ordem de fornecimento ou outro instrumento hábil**, quando a contratação envolver fornecimento imediato, sem obrigações futuras relevantes, conforme disposto nos arts. **90, 95 e 96 da Lei nº 14.133/2021**.

13.2.2 Vinculam-se aos instrumentos mencionados no item anterior, independentemente de transcrição, todas as cláusulas constantes do edital, de seus anexos, desta Ata de Registro de Preços e da proposta apresentada pela empresa vencedora.

13.3 Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes desta Ata de Registro de Preços poderão ser celebrados **a qualquer tempo durante a sua vigência**, respeitados os limites quantitativos e as condições nela estabelecidas.

13.4 O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços obedecerá às condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência, ficando a contratada obrigada ao cumprimento integral de todas as cláusulas e obrigações assumidas.

13.4.1 A Administração convocará a empresa detentora da Ata de Registro de Preços para assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente, concedendo-lhe o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento da convocação.

13.4.2 O prazo previsto no item anterior poderá ser **prorrogado uma única vez**, por igual período, desde que solicitado pela contratada durante o seu transcurso e devidamente justificado, a critério da Administração.

13.5 O contrato poderá ser alterado, mediante justificativa formal, nas hipóteses previstas nos arts. **124 a 137 da Lei Federal nº 14.133/2021**, especialmente para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

13.6 O contrato poderá ser rescindido, total ou parcialmente, a qualquer tempo, pelo Município de Açailândia – SAAE, nas hipóteses previstas nos arts. **137 a 139 da Lei nº 14.133/2021**, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ficando a contratada sujeita às sanções administrativas cabíveis.

14. MODO DE DISPUTA

14.1. Será adotado o modo de disputa aberto, pelo qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final aberto.

14.2. A etapa aberta (de lances) será pública e terá duração inicial de 15 minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Disponibilizar estrutura física própria de **posto revendedor de combustíveis**, devidamente autorizada pela **Agência Nacional do Petróleo – ANP**, apta a realizar o abastecimento direto dos veículos e motocicletas da CONTRATANTE.

15.2. Realizar o **abastecimento diretamente na bomba**, no estabelecimento da CONTRATADA, mediante apresentação da **Autorização de Abastecimento** emitida pela CONTRATANTE, observadas as quantidades, tipos de combustíveis e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nos contratos dela decorrentes.

15.3. Executar o fornecimento de forma **contínua e parcelada**, conforme a demanda da CONTRATANTE, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos contratuais dela oriundos.

15.4. Garantir que os combustíveis fornecidos estejam **em conformidade com as especificações técnicas e padrões de qualidade definidos pela ANP**, respondendo integralmente por qualquer irregularidade constatada.

15.5. Assumir total responsabilidade por todos os custos, despesas diretas ou indiretas, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais decorrentes da execução da contratação, não cabendo qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

15.6. **Não transferir, ceder ou subcontratar**, total ou parcialmente, o objeto da contratação, em conformidade com o disposto neste Termo de Referência e na legislação vigente.

15.7. Submeter-se à ampla e irrestrita fiscalização da CONTRATANTE/Administração, por meio de servidor ou comissão designada, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados, permitindo livre acesso às dependências e sistemas vinculados à execução dos serviços, e atendendo prontamente às determinações, notificações e reclamações consideradas procedentes.

15.8. Comunicar formalmente à CONTRATANTE a ocorrência de caso fortuito ou força maior que possa comprometer o fornecimento, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** após a ciência do fato, apresentando a documentação comprobatória no prazo de até **03 (três) dias consecutivos**, sob pena de não reconhecimento do evento.

15.9. Manter, durante toda a execução contratual, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação**, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.10. Responsabilizar-se integralmente pela **quantidade, qualidade e regularidade dos combustíveis fornecidos**, obrigando-se a substituir ou sanar, imediatamente e sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer irregularidade identificada.

15.11. Responder, de forma exclusiva, por quaisquer danos, prejuízos ou acidentes causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos combustíveis.

15.12. Garantir o atendimento em **dias úteis, finais de semana e feriados**, conforme previsto neste Termo de Referência, assegurando a continuidade dos serviços públicos executados pela CONTRATANTE.



15.13. Responder integralmente pelos vícios, falhas ou danos decorrentes da execução dos serviços ou do fornecimento de materiais, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da Lei nº 14.133/2021, independentemente da aceitação ou do recebimento definitivo pela Administração.

15.14. Atender prontamente a todas as solicitações e determinações da Administração contratante, bem como prestar os esclarecimentos técnicos julgados necessários ao bom acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

15.15. Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início ou da renovação do ciclo de execução, qualquer ocorrência que possa prejudicar ou impedir o cumprimento dos prazos contratualmente estabelecidos, apresentando a devida justificativa e documentação comprobatória.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Efetuar o pagamento à(s) empresa(s) contratada(s), de acordo com os valores registrados na Ata de Registro de Preços e nas condições, prazos e forma estabelecidos no edital, neste Termo de Referência e no instrumento contratual e demais instrumentos vinculados, observadas as disposições legais e condicionantes previstas para a regularidade fiscal e trabalhista.

16.2 Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada, conforme o edital, este Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços e os contratos dela decorrentes.

16.3 Fiscalizar a execução do fornecimento, diretamente ou por meio de servidor formalmente designado, rejeitando, no todo ou em parte, os combustíveis fornecidos em desacordo com as especificações técnicas, normas da ANP ou demais condições estabelecidas.

16.4 Garantir à fiscalização contratual o direito e a autoridade para dirimir dúvidas, resolver casos omissos e deliberar sobre situações singulares relativas à execução dos serviços, desde que tais decisões não impliquem alteração das obrigações pactuadas nem acréscimo de ônus à Administração.

16.4 Comunicar formalmente à contratadas quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto, concedendo prazo para saneamento, quando cabível, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas.

16.5 Designar formalmente servidor(es) ou comissão para atuar na gestão e fiscalização contratual, com competência para registrar ocorrências, emitir atestados de execução e adotar as providências necessárias ao regular andamento do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

16.6 Promover o acompanhamento contínuo da execução contratual, assegurando que a contratada mantenha, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

16.7 Aplicar, quando cabível, as penalidades administrativas previstas no edital e na legislação pertinente, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais pela contratada, garantindo o contraditório e a ampla defesa.



17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. O prazo de vigência da contratação será de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme a necessidade da Autarquia, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2026, observando-se o respectivo prazo contratual e eventuais prorrogações legalmente admitidas.

17.3. O fornecimento do objeto da presente licitação enquadra-se como serviço contínuo, por destinar-se à manutenção das atividades administrativas e operacionais decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

17.4. O objeto constitui solução integral para a prestação de serviços contínuos de fornecimento de combustível (Gasolina Comum, Óleo Diesel S500 e Óleo Diesel S10), destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais do Município de Açailândia – SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), nos termos do Decreto Municipal nº 248/2025, art. 3º, inciso IV, e em conformidade com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, que regulamenta a prorrogação de contratos administrativos de prestação de serviços contínuos.

17.5. Para fins de aplicação do disposto no art. 106, no parágrafo único do art. 98, no parágrafo único do art. 97 e no § 8º do art. 25, todos da Lei nº 14.133/2021, consideram-se fornecimentos contínuos as aquisições destinadas à manutenção dos órgãos e entidades municipais, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

18. DA EXTINÇÃO (RESCISÃO) DO CONTRATO

18.1. O contrato poderá ser extinto, a critério da Administração, **independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial**, nas hipóteses previstas nos **arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021**, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

18.2. Constituem motivos para a extinção do contrato, entre outros previstos em lei:

I – o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – a lentidão do cumprimento do contrato que comprometa sua execução;

III – a paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

IV – o descumprimento das determinações regulares da fiscalização;

V – a decretação de falência ou dissolução da contratada;

VI – razões de interesse público, devidamente motivadas;

VII – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato.



18.3. A extinção do contrato não prejudicará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nem o direito da Administração à indenização por eventuais prejuízos causados.

19. RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devidamente caracterizado por fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, alheio à vontade das partes, a Administração poderá promover a recomposição da equação econômico-financeira originalmente pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante requerimento formal da contratada, acompanhado da devida comprovação documental.

19.2. A recomposição somente será concedida após análise técnica e jurídica da Administração, ficando condicionada à demonstração inequívoca do impacto direto nos custos do objeto contratado.

20. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

20.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

20.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

20.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

20.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, Declaração Anual de Faturamento – DASN.

20.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

20.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

20.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

20.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



20.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

20.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

20.3. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

20.3.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

20.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

20.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

20.3.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

20.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

20.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

20.4.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

20.4.2. Deverá a licitante apresentar a relação dos compromissos assumidos que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, na forma do § 8º, art 67, da Lei Federal 14.133/21.

20.4.2.1. A relação da qual trata o subitem anterior deverá ser elaborada e assinada pelo profissional de contabilidade que responde pelo balanço patrimonial apresentado junto aos documentos de habilitação.

20.4.2.2. Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e



demais Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercício social, acompanhados pelos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário e Notas Explicativas, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada à substituição por balancetes ou Balanço Provisório.

20.4.2.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada através dos seguintes índices: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um); a) Para facilitar a análise da boa situação Econômica e Financeira da Empresa em poder contratar com a Administração, solicitamos que a empresa apresente declaração com memória de cálculo, devidamente assinado por um Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, aplicando fórmulas dos índices dos índices de Liquidez Geral (ILG), Solvência Geral (ISG) e Liquidez Corrente (ILC) extraídos do último balanço patrimonial, observado o item 20.4.2.3, da seguinte forma:

ILG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
	cujo resultado deverá ser superior ou igual a 1,00

ISG =	Ativo Total Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
	cujo resultado deverá ser superior ou igual a 1,00

ILC =	Ativo Circulante Passivo Circulante
	cujo resultado deverá ser superior ou igual a 1,00

a.1. O Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

a.2. O Índice de Solvência Geral (ISG) expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

a.3. O Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

a.4. Para os três índices (ISG, ILG e ILC), o resultado “maior ou igual a 1” é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado,



melhor será a condição da empresa.

a.5. O atendimento aos índices estabelecidos demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

20.5. As empresas, que apresentarem qualquer dos índices acima, resultado inferior a 1 (um), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

20.6. Documentos relativos à qualificação técnica:

20.6.1. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:(art. 67 §9), ocorrerá com a apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo, de modo satisfatório, produtos compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação, em características e quantidades.

20.6.1. O atestado de capacidade técnica, deve conter informações do seu emitente, deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ, endereço completo e telefone, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, de forma que este município possa fazer contato para verificar sua autenticidade se for necessário.

20.6.2. O atestado de capacidade técnica terá prazo de validade indeterminado, salvo quando o mesmo estiver explícito sua validade.

21 DAS VEDAÇÕES

21.1. Não se admitirá a reunião de empresas em consórcio para participar do certame uma vez que o objeto nem é complexo, nem é de grande vulto, havendo inúmeros potenciais licitantes no mercado. Assim, vedar a participação em consórcio é uma forma de mitigar o risco de cartel e, ao mesmo tempo, de estimular a competitividade.

21.2. Não poderá participar do certame Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição. (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

21.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

21.4. Agente público do órgão ou entidade licitante.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O Município de Açailândia, por meio do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, efetuará o pagamento à CONTRATADA pelos combustíveis efetivamente fornecidos no período, mediante abastecimento direto dos veículos e motocicletas da CONTRATANTE na estrutura física do posto contratado, após o exato cumprimento das obrigações assumidas.



22.2. O pagamento será realizado mensalmente, após o atesto do fiscal do contrato quanto à regularidade do fornecimento, com base nos comprovantes de abastecimento e relatórios mensais apresentados.

22.3. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao período de fornecimento, acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo, e condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

22.4. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar, no momento da liquidação da despesa, que se encontra em situação regular perante os seguintes órgãos:

22.4.1. Fazenda Federal e Seguridade Social (INSS), mediante Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

22.4.2. Fazenda Estadual, mediante Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;

22.4.3. Fazenda Municipal, mediante Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal;

22.4.4. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

22.4.5. Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou Positiva com efeitos de Negativa.

22.5. Para o cálculo do valor devido, será considerado o preço máximo do combustível divulgado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, referente à última semana da quinzena de fornecimento, sobre o qual incidirá o percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA, conforme proposta vencedora.

22.6. O pagamento será creditado diretamente na conta bancária indicada pela CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e desde que atendidas todas as condições previstas neste Termo de Referência.

22.7. Dados bancários da CONTRATADA:

22.7.1. Banco nº: _____;

22.7.2. Instituição: _____;

22.7.3. Agência: _____;

22.7.4. Conta corrente: _____.

22.8. É vedado qualquer pagamento enquanto houver pendência quanto à regularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária da CONTRATADA, ficando o pagamento suspenso até a sua regularização.

22.9. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreções ou inconsistências, será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções, acompanhada da justificativa formal, reiniciando-se o prazo para pagamento a partir da data de reapresentação do documento devidamente regularizado.



22.10. A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal/Fatura correspondente a cada período de fornecimento ou ordem de abastecimento.

22.11. É expressamente proibida a cobrança por meio diverso do estipulado neste instrumento, especialmente por boleto bancário ou protesto de títulos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

22.12. Não haverá distinção entre empresas nacionais e estrangeiras quanto às condições de pagamento, aplicando-se as mesmas regras de forma equitativa, observada a legislação vigente.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS E FINANCEIRA DOS RECURSOS

23.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente licitação correrão à conta de **dotações orçamentárias próprias**, consignadas no orçamento vigente do **Município de Açailândia – SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto)**, as quais serão **devidamente indicadas no momento da formalização do contrato, da nota de empenho ou de outro instrumento hábil**, conforme a legislação aplicável.

23.2. Em se tratando de **Sistema de Registro de Preços**, a indicação da dotação orçamentária ficará condicionada à efetiva contratação, nos termos do art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	02-Serviço Autônomo de água e esgoto- SAAE
UNIDADE	21-Serviço Autônomo de água e esgoto de Açailândia-SAAE
AÇÃO	17.512.0061.2292.0000
PROJETO/ATIVIDADE	Manutenção dos Subistemas de Abastecimento de Água e Esgoto
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE DE RECURSO	500 - Recursos Ordinários

24. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

23.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos ou supressões quantitativas** que se fizerem necessários, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



25.1. O licitante ou contratado que descumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas, ou praticar atos que atentem contra os objetivos da licitação, ficará sujeito às sanções administrativas previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 204, de 04 de novembro de 2021**, e neste Termo de Referência, assegurados o **contraditório e a ampla defesa**, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

25.2. As sanções aplicáveis, conforme a gravidade da infração, poderão ser:

I – **Advertência**;

II – **Multa**;

III – **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de até **3 (três) anos**;

IV – **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

25.3. A sanção de multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com outras sanções, observados os seguintes parâmetros:

25.3.1. Multa de até **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato ou da proposta, conforme o caso, devidamente atualizada, quando houver recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho;

25.3.2. Multa moratória pelo atraso injustificado na execução contratual, nos seguintes percentuais:

a) **0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia**, incidente sobre o valor da parcela em atraso, do 2º ao 30º dia;

b) **0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia**, a partir do 31º dia, limitada ao máximo de **20% (vinte por cento)** do valor do contrato.

25.4. O valor das multas poderá ser descontado dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado administrativa ou judicialmente, sendo corrigido monetariamente pelo **IPCA**, a partir da data da infração até o efetivo recolhimento.

25.5. Caracterizada a inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar, cumulativamente ou não, as seguintes sanções, conforme o caso:

I – Advertência escrita;

II – Multa compensatória de até **10% (dez por cento)** do valor do contrato;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

IV – Declaração de inidoneidade, nos casos de infração grave.

25.6. Configuram, entre outras hipóteses, infrações passíveis de sanção:

a) A entrega de combustível em desacordo com as especificações da ANP;

b) O fornecimento de produto adulterado, contaminado ou fora dos padrões legais;



- c) O retardamento injustificado do fornecimento;
- d) A prática de atos ilícitos visando frustrar o caráter competitivo da licitação;
- e) A apresentação de documentação falsa.

25.7. A aplicação das sanções observará o disposto nos arts. **155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como o regramento previsto no Decreto Municipal nº 204/2021.

25.8. As penalidades aplicadas serão registradas nos cadastros próprios da Administração Pública, quando couber.

26. DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

26.1. A execução do contrato, de seus aditamentos ou de outros instrumentos hábeis será acompanhada e fiscalizada por **servidor ou comissão formalmente designada pela Administração**, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.2. O **fiscal do contrato** será responsável pelo acompanhamento direto da execução contratual, devendo registrar todas as ocorrências relevantes e adotar as providências necessárias para o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

26.3. O **gestor do contrato**, designado pela autoridade competente, será responsável pela coordenação da execução contratual, pela tomada de decisões administrativas e pela adoção das medidas que extrapolem a competência do fiscal, inclusive quanto à aplicação de penalidades, prorrogações, alterações e rescisões contratuais.

26.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser encaminhadas ao gestor do contrato, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

26.5. A atuação do fiscal e do gestor do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto à execução integral do objeto contratado.

27. DAS COMUNICAÇÕES ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E A CONTRATADA

27.1. A CONTRATADA deverá manter **atualizados seus dados cadastrais** junto ao Município de Açailândia – SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), especialmente **endereço eletrônico (e-mail), endereço físico e telefone**, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes da omissão ou desatualização dessas informações.

27.2. As comunicações oficiais, notificações, intimações e demais atos administrativos poderão ser realizados por meio **eletrônico, publicação no Diário Oficial do Município – DOM**, ou por outros meios formalmente admitidos, considerando-se válidas para todos os efeitos legais.

27.3. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA acompanhar regularmente as publicações no Diário Oficial do Município – DOM, não podendo alegar desconhecimento de atos regularmente publicados.



28. DA SUBCONTRATAÇÃO

28.1. Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado.

29. DA UNIDADE FISCALIZADORA

29.1. A unidade responsável pela fiscalização da execução contratual será o **Município de Açailândia – SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto**, por meio dos servidores formalmente designados para as funções de **gestão e fiscalização do contrato**, nos termos da legislação vigente.

30. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

30.1. A contratação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, em especial nos seguintes dispositivos:

30.2. Art. 11, §1º – Estimula a obtenção de maior eficiência nas contratações públicas;

30.3. Art. 23, §1º – Permite o critério de julgamento por maior retorno econômico;

30.4. Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

30.5. Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

30.6. Decretos Municipais nº 22 de 22 de janeiro de 2024 e demais normas regulamentares aplicáveis ao objeto deste certame.



ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202..., processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no DECRETO MUNICIPAL Nº 21 DE 22 DE JANEIRO DE 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de combustível (Gasolina Comum, Óleo Diesel S500 e Óleo Diesel S10), destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais do Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, especificado(s) no Termo de Referência, anexo I, do edital de Licitação nº 001/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contato, e-mail, representante legal, doc. de identificação)							
X	Especificação	Marca (se exigido no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unid	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Valor Unit.	Valor total
XXXX	XXXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. Além do gerenciador, São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
XXXX	XXXXXXXX	XXXXXX	XXXXX



4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública direta ou indireta, que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.



5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.



7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade



gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.



10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO AO EDITAL*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO III – CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contato, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigido no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unid	Quant. Maxima	Quant. Mínima	Valor Unit.	Prazo, garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contato, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigido no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unid	Quant. Maxima	Quant. Mínima	Valor Unit.	Prazo, garantia ou validade



ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Agente/Pregoeiro e Equipe de Apoio

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026. Data ____/____/2026. Hora ____:____

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de combustível (Gasolina Comum, Óleo Diesel S500 e Óleo Diesel S10), destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais do Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

1. PROPOSTA DE PREÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
VALOR GLOBAL R\$ _____ (POR EXTENSO)					

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: ...

3. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: ...

4. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: ...

CNPJ: ...

ENDEREÇO: ...

TELEFONE: ...

FAX: ...

E-MAIL: ...

5. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO

NOME: ...

CPF: ...

RG: ...

NACIONALIDADE: ...

ESTADO CIVIL: ...

PROFISSÃO: ...

ENDEREÇO COMPLETO: ...

Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa

Função ou cargo ocupado

(Nº da identidade do declarante)



ANEXO V – MODELO DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº _____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE
SI O MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA E A
EMPRESA.....

Por este instrumento particular, o Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, situada na Rua 26, Quadra 02, Lote 07, Brasil Novo, CEP. 65.930-000, Açailândia-MA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.790.639/0001-71, neste ato representada pelo(a) Diretor Geral, Sr. Oscar Fernando de Oliveira, Portaria nº 067/2026- GAB, portador de Carteira de Identidade nº 1.103.598.993 SEJSP/MA e do CPF nº 915.688.203-30, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa: _____, inscrita no CNPJ: _____, com endereço na _____, bairro _____, CEP. _____, cidade _____, Estado _____, neste ato representada pelo Sr _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, SSP/MA e do CPF nº _____ a seguir denominada CONTRATADA, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº _____/2026, acordam e justam firmar o presente Contrato e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2026. Mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de combustível (Gasolina Comum, Óleo Diesel S500 e Óleo Diesel S10), destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais do Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

1.2. Objeto da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUAN T.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Xx X	Xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	Xxxx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado pro igual periodo, ficando a criterio da administração, a validade sera a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente de que as condições e os preços permanecem vantajoso para a Administração, permitido a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de



declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor da contratação é de R\$..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto, após o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na minuta do contrato, parte integrante do edital, independente de transcrição.

6.2. O pagamento será efetuado referente ao(s) produto(s) recebido(s) pela contratante, mediante o Termo de Recebimento Definitivo e apresentação de Nota Fiscal/ Fatura, após a comprovação de que a contratada está em dia com as obrigações relativas à regularidade fiscal e trabalhista, para tanto, a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar no ato do pagamento as referidas certidões:

6.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e da Seguridade Social – INSS mediante Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

6.2.2. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.

6.2.3. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.

6.2.4. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

6.2.5. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

6.2.6. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

6.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou Conselho Superior da Justiça do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

6.3. O pagamento será creditado diretamente na conta bancária da contratada, abaixo especificada, no



prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da emissão do termo de recebimento definitivo e mediante a apresentação das certidões enumeradas no item 19.2 do termo de referencia.

6.3.1. Banco nº _____.

6.3.2. Nome da instituição _____.

6.3.3. Agência _____.

6.3.4. Conta-corrente _____.

6.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso esteja em situação irregular relativamente a regularidade fiscal e trabalhista. Portanto, todas as certidões enumeradas no item 19.2 do termo de referencia, deverão estar válidas para o dia do pagamento. Caso contrário, se quaisquer das certidões estiverem com prazo de validade expirado, o pagamento não será efetivado enquanto a(s) mesma(s) não for(em) regularizada(s).

6.5. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

6.6. A fatura não aprovada pelo Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

6.7. Para cada ordem de fornecimento, a contratada deverá emitir nota fiscal/fatura correspondente a mesma.

6.8. Não haverá distinção entre condições de pagamento para empresas brasileiras e estrangeiras. As condições de pagamentos serão equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7. DO CRITÉRIO DE PREÇOS E ATUALIZAÇÃO

7.1. Os preços inicialmente contratados serão definidos **exclusivamente pela aplicação do percentual de desconto ofertado pela contratada sobre os valores de referência divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, conforme levantamento vigente à época do fornecimento.

7.2. O percentual de desconto ofertado no certame **permanecerá fixo e irrevogável durante toda a vigência do contrato**, sendo aplicado sempre sobre o valor de referência divulgado pela ANP para o respectivo período.

7.3. As eventuais variações de preço dos combustíveis **serão automaticamente acompanhadas conforme atualização dos valores divulgados pela ANP**, mantendo-se inalterado o percentual de desconto contratado.

7.4. Caso a ANP deixe de divulgar o valor de referência ou altere a metodologia de cálculo, **será adotado outro índice ou referência oficial que venha a substituí-lo**, mediante termo aditivo contratual.

7.5. A aplicação do percentual de desconto sobre o valor de referência da ANP **dispensa a aplicação de índices de reajuste inflacionário**, tais como IPCA, IGP-M ou outros similares.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo,



forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.13. Disponibilizar para empresa nome do fiscal do contrato, telefones e email para contatos.

CLÁUSULA NONA - DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

9.1. Constituem direitos da contratante, receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

9.2. Constituem obrigações e responsabilidade da contratante:

- 9.2.1. Fiscalizar e acompanhar a execução deste contrato;
- 9.2.2. Efetuar o pagamento conforme estipulado na Cláusula do Pagamento de acordo com as condições estabelecidas na minuta do contrato, parte integrante do edital, independente de transcrição.
- 9.2.3. Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato.

9.3. Constituem obrigações da contratada:

- 9.3.1. Entregar o objeto rigorosamente nas especificações, prazos e condições estabelecidas neste instrumento;
- 9.3.2. O objeto deverá ser fornecido, de acordo com a Ordem de Fornecimento, durante o prazo de vigência deste contrato;
- 9.3.3. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste contrato;
- 9.3.4. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
- 9.3.5. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados a e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;
- 9.3.6. Comunicar à contratante os eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 03 (três) dias consecutivos, a partir de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
- 9.3.7. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
- 9.3.8. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.3.9. A Contratada responderá, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita condição do objeto fornecido, inclusive sua quantidade e qualidade, competindo-lhe também, a do objeto que não aceito pela fiscalização da Contratante deverá ser trocado;
- 9.3.10. Serão de direta e exclusiva responsabilidade da Contratada quaisquer acidentes que porventura ocorram na entrega do objeto e o uso indevido de patentes e registros; e
- 9.3.11. Atender imediatamente, todas as solicitações da fiscalização da Contratante, relativamente a execução do contrato.



9.4. **Constituem responsabilidades da contratada:**

9.4.1. Todo e qualquer dano que causar à contratante, ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante;

9.4.2. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

9.4.3. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à contratante por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à contratante, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

9.4.4. A contratada autoriza a contratante a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA DECIMA – RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

10.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá reestabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

11.1. A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REAJUSTE DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DA ENTREGA:

12.1 A execução dos serviços ocorrerá de forma **parcelada, com fornecimento semanal e continuada durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme as demandas e necessidades da Administração Pública** e as condições estabelecidas no **Termo de Referência**.

12.2 A execução dos serviços de abastecimento dos veículos e motocicletas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE será realizado **exclusivamente na estrutura física do posto de combustíveis contratado**, observadas as normas técnicas e de segurança aplicáveis, compreendido no horário entre 8:00 às 17:00 hs de segunda à sexta-feira conforme **o ponto 5. do Termo de Referência**, observando as **particularidades técnicas** e as **necessidades operacionais** do SAAE.

12.3 O fornecimento do objeto deverá ser iniciada após o recebimento da ORDEM DE SERVIÇO ao longo do período do contrato, em conformidade com as necessidades do órgão. Para os órgãos participantes a remessa será iniciada conforme orientações do órgão.

12.4 A “ORDEM DE SERVIÇO”, será emitida pelo Departamento de Compras.

12.5 Caberá à Seção de Almoxarifado, FISCAL DE CONTRATO com o auxílio do setor solicitante, o recebimento dos serviços, incumbindo-lhe a declaração do aceite dos serviços conforme as especificações do edital.

12.6 O recebimento do objeto licitado está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

12.7 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 3 (três) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



12.9. O fornecimento dos combustíveis poderá ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.10. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

12.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

12.13. A contratada deverá **executar os serviços com observância das normas técnicas aplicáveis**, empregando profissionais qualificados, equipamentos adequados e materiais necessários à perfeita realização das atividades.

12.14. Os serviços serão **fiscalizados e atestados** por servidor designado pela Administração, que verificará a conformidade com as especificações contratuais. O pagamento estará condicionado à aprovação dos serviços prestados.

12.15. Caso sejam constatadas **falhas, irregularidades ou execução insatisfatória**, a contratada deverá **corrigir** sem ônus adicional à Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização.

12.16. A contratada deverá **assegurar a qualidade técnica dos serviços prestados**, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos decorrentes de falhas de execução, omissões ou imperícia de seus prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- GARANTIA LEGAL DO PRODUTO:

13.1. A garantia legal é o prazo que a Contratante possuirá para reclamar dos vícios (defeitos) constatados nos produtos adquirido. O direito de reclamar independerá de certificado de garantia, bastando apenas apresentação da nota fiscal dos mesmos.

13.2. Quanto aos prazos legais para registro de reclamação, estes estão previstos no artigo 26 do Código de Defesa do Consumidor nos seguintes termos

13.3. "O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

I - Trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não-duráveis;

II - Noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis".

13.4. Detectando problema(s), a contratada terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da reclamação, para sanar o(s) problema(s) do produto, conforme preceitua o artigo 18 do Código de Direito do Consumidor. Extrapolado esse prazo, a contratante poderá exigir um produto similar, a restituição imediata da quantia paga ou o abatimento proporcional do preço.

13.5. Não haverá quaisquer ônus à contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VALIDADE DO PRODUTO:

14.1 Os produtos deverão na data da entrega, apresentar a seguinte validade mínima de 90 (noventa) dias para produtos duráveis, contados da data da entrega da mercadoria conforme os Art. 18 e 20 do Código de Direito do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS:

15.1. Serão aprovados os materiais que atenderem aos seguintes critérios:

15.1.1. Qualidade da matéria prima e componentes;

15.1.2. **Conformidade Técnica:** Avaliar se a especificação técnica é compatível com o produto apresentado e as contidas no Edital.

15.1.3. **Desempenho na utilização:** Avaliar a eficiência energética e a compatibilidade do combustível



com a frota da Administração. O desempenho será verificado por meio da autonomia (consumo médio km/l), estabilidade da marcha lenta e ausência de resíduos que comprometam a vida útil dos motores e sistemas de injeção, conforme padrões da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

15.1.4. Manuseio e Operacionalidade: Avaliar a facilidade e segurança no processo de abastecimento. Isso inclui a agilidade no atendimento nos postos, a disponibilidade de bombas exclusivas para veículos oficiais (se houver) e a conformidade das instalações com as normas de segurança e meio ambiente.

15.1.5. Características Técnicas: Observar se a especificação do fabricante está compatível com a finalidade e com características técnicas adequadas.

15.2. Será verificado se o item atende à sua especificação, finalidade, objetivo e uso. Além disso, se atende à finalidade com qualidade satisfatória, durabilidade e adequabilidade às necessidades do procedimento ao qual é indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. Aos contratados que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Municipal, e aos licitantes que cometam atos visando frustrar os objetivos da licitação, após o devido processo legal e segundo a sua natureza, a gravidade da falta e a relevância do interesse público atingido, respeitando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, serão aplicadas as sanções previstas no DECRETO MUNICIPAL Nº 204, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2021, conforme segue:

I – Advertência: comunicação formal ao licitante ou contratado, advertindo sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas, e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;

II – Multa;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração Pública Municipal, que será concedida sempre que o contratado/licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.2. O valor da multa aplicada nos termos do inciso II, será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública ou cobrado judicialmente, sendo corrigido monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

16.3. As demais cominações são aquelas previstas na minuta do contrato, parte integrante do edital, independente de transcrição e na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

16.4. Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar o instrumento contratual, a sessão poderá ser retomada e as demais licitantes chamadas na ordem crescente de preços para negociação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

16.4.1. Multa de 20% (vinte por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizada.

16.5. O atraso injustificado na prestação dos serviços sujeitará a Contratada à aplicação das seguintes multas de mora:

16.5.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;

16.5.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

16.6. Além das multas aludidas no item anterior, a Contratante poderá aplicar as seguintes sanções à



Contratada, garantida a prévia e ampla defesa, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato:

16.6.1. Advertência escrita;

16.6.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

16.6.3. Suspensão temporária impedirá o fornecedor/prestador de serviços de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelos seguintes prazos:

16.6.3.1. Seis meses, nos casos de:

16.6.3.1.1. Aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor/prestador de serviços tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração; e

16.6.3.1.2. Alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.

16.6.3.2. Doze meses, nos casos de:

16.6.3.2.1. Retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

16.6.3.3. Vinte e quatro meses, nos casos de:

16.6.3.3.1. Entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

16.6.3.3.2. Paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

16.6.3.3.3. Praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da Administração Pública; ou

16.6.3.3.4. Sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

16.6.4. Também será aplicada a sanção de impedimento, ao licitante ou contratado, na modalidade pregão, quando for convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

16.6.4.1. A penalidade não poderá ser superior a 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

16.6.5. Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração

16.6.5.1. Não regularizar a inadimplência contratual nos prazos do item 16.6.3 do contrato ou;

16.6.5.2. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.

16.7. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos constantes no DECRETO MUNICIPAL Nº 204, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2021.

16.8. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.

16.9. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO/ADITAMENTO(S) OU OUTROS INSTRUMENTOS HÁBEIS:

17.1. A contratante nomeará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização da execução do instrumento contratual/aditamento(s) ou outros instrumentos hábeis.

17.2. As decisões e/ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser encaminhadas ao Diretor Geral do SAAE, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

17.3. O (a) gestor (a) de contrato devidamente instituído pelo Diretor Geral do SAAE, possuirá poderes específicos para proceder ao acompanhamento, controle e fiscalização, bem como outras atribuições incluídas pela legislação vigente, referente a execução contratual.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- UNIDADE FISCALIZADORA:

18.1. Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Autarquia Municipal Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária	Especificação	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte de Recurso
Xxxxxxx	Xxxxxxx	xxxxxx	Xxxxxxx	xxxxxx

CLÁUSULA VIGÉSIMA- DAS ALTERAÇÕES:

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

20.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DOS DADOS PESSOAIS

21.1. Fica expressamente acordado que, em consonância com a **Lei nº 13.709/2018** Geral de Proteção de Dados (LGPD), as partes pactuantes do presente instrumento convocatórias manterão absoluto sigilo sobre quaisquer dados ou informações pessoais a que tiver acesso em razão deste instrumento convocatório, comprometendo-se a não dar conhecimento transmitir ou ceder a terceiros, mesmo que parcialmente, dados que tenha ciência ou documentação que lhe for confiada, salvo mediante autorização escrita da parte detentora do dado, além de cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com as diretrizes estabelecidas na antedita legislação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA DIRETRIZ ANTICORRUPÇÃO:

22.1. As partes concordam que executarão as obrigações contidas no Instrumento Convocatório de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis a Prefeitura Municipal de Açailândia na forma da legislação vigente.

22.2. A(s) EMPRESA(s) assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

22.3. Nenhum das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste instrumento convocatório, ou de outra



forma que não relacionada a este instrumento convocatório, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

22.4. As partes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste Instrumento Convocatório, se houverem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA- DAS COMUNICAÇÕES O MUNICÍPIO E EMPRESA CONTRATADA

23.1. A empresa Contratada fica obrigada a manter atualizado nos cadastros junto a esta municipalidade seu endereço de e-mail e seu endereço físico, bem como fica responsável em acompanhar o Diário Oficial do Município – DOM, para acompanhar eventuais comunicações, citações, intimações e/ou notificações, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA- DA SUBCONTRATAÇÃO:

24.1. Não será permitida a subcontratação do Objeto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA- DA PUBLICAÇÃO:

25.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA- DO FORO: (art. 92, §1º)

26.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Açailândia - MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21. E, por estarem de acordo com as disposições contidas na preste ata, as partes assinam o presente instrumento, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Açailândia - MA,..... dede 2026.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

1 _____ CPF _____
2 _____ CPF _____





Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

ANEXO VI – MODELO DA DECLARAÇÃO COMPROVANDO QUE A EMPRESA LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES E LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

Ilmo. Sr.

Agente/Pregoeiro e Equipe de Apoio

Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto Açailândia-MA Licitação: PREGÃO ELTRÔNICO Nº ____/2026.

Data/Horário da realização do certame: ____/____/____ às ____:00h(____). Prezado senhor,____(nome da empresa)____, CNPJ nº____, sediada em ____ (endereço completo) , por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____e do CPF nº _____, declara sob as penas da Lei, que recebeu todos os documentos e que tomou todas as informações e as condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação.

Declaramos ainda, ter ciência que “a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie”.

Cidade/Estado, _____de _____de 2025.

(.....)

Empresa/CNPJ Representante legal/documento/cargo



Documento assinado eletronicamente por **OSCAR FERNANDO DE OLIVEIRA, Diretor Geral do SAAE**, em 13/03/2026 08:58:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-0741703736324.



Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

A empresa _____, CNPJ: _____, localizada à rua/avenida _____, cidade _____, CEP: _____, Estado _____, por meio do seu representante legal o(a) senhor(a) _____, portadora da Carteira de identidade nº _____, SSP _____, CPF: _____, que esta subscreve, DECLARA para efeito de gozo dos privilégios garantidos pela Lei Complementar nº 123/2006, que encontra-se enquadrada na condição de (ME–Micro Empresa, EPP), não incidindo sob esta nenhuma das hipóteses de desenquadramento até o momento da apresentação desta declaração. Declara ainda que se responsabiliza, na forma do art. 299 do Código Penal Brasileiro pela declaração ora ofertada, estando ciente das sanções previstas no dispositivo legal.

Cidade/Estado, _____ de _____ de 2026.

(.....)

Empresa/CNPJ Representante legal/documento



Documento assinado eletronicamente por **OSCAR FERNANDO DE OLIVEIRA, Diretor Geral do SAAE**, em 13/03/2026 08:58:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-0741703736324.



Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE AS PROPOSTAS ECONÔMICAS
COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

A empresa _____, CNPJ: _____, localizada à rua/avenida _____, cidade _____, CEP: _____, Estado _____, por meio do seu representante legal o(a) senhor(a) _____, portadora da Carteira de identidade nº _____, SSP _____, CPF: _____, DECLARA que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade/Estado, _____ de _____ de 2026.

(.....)
Empresa/CNPJ Representante legal/documento



Documento assinado eletronicamente por **OSCAR FERNANDO DE OLIVEIRA, Diretor Geral do SAAE**, em 13/03/2026 08:58:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-0741703736324.



Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

ANEXO IX – MODELO DA ORDEM DE FORNECIMENTO;

ORDEM DE FORNECIMENTO CONTRATO Nº _____

À Empresa:....., inscrita no CNPJ nº:....., localizada no endereço.....,
Telefone: (.....).....-....., E-mail:.....

ATT. Sr(a).....
Prezado(a) senhor(a),

1. Autorizamos o fornecimento de combustível (Gasolina Comum, Óleo Diesel S500 e Óleo Diesel S10), destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais do Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, conforme item(ns) e quantidade(s) indicado(s) abaixo.

1.1. A(s) especificação(ões) do(s) item(ns) deverá(ão) atender as exigências mínimas contidas no termo de referência do edital da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026 realizada por esta Autarquia Municipal, Município de Açailândia – SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

1.2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unidade	Marca/modelo	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Xx	Xxxxxx	Xxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Valor total						xxx

2. EXECUÇÃO DO CONTRATO:

2.1. As especificações da Execução estão especificadas no Termo de Referência.

3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

3.1. A nota fiscal deve ser apresentada discriminadamente, contendo a quantidade de cada materiais/materiais(s). Todas as faturas/notas fiscais deverão vir acompanhadas da respectiva ordem, bem como atestadas pelo(a) servidor(a) que recebeu o(s) materiais/materiais(ns), acompanhada das certidões abaixo relacionadas:

3.2. Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.

3.3. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.

3.4. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.

3.5. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

3.6. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a



Documento assinado eletronicamente por **OSCAR FERNANDO DE OLIVEIRA, Diretor Geral do SAAE**, em 13/03/2026 08:58:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-0741703736324.



Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

regularidade para com a Fazenda Municipal.

3.7. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

3.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou Conselho Superior da Justiça do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

3.9. O pagamento será creditado diretamente na conta bancária da contratada, abaixo especificada, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da emissão do termo de recebimento definitivo e mediante a apresentação das certidões enumeradas no item 3.1 deste instrumento.

3.9.1. Banco nº:, Nome da instituição:, Agência:, Conta corrente:

3.10. Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso esta esteja em situação irregular relativamente a regularidade fiscal e trabalhista. Portanto, todas as certidões enumeradas no item 3.1. deste instrumento deverão estar válidas para o dia do pagamento. Caso contrário, se quaisquer das certidões estiverem com prazo de validade expirado, o pagamento não será efetivado enquanto a(s) mesma(s) não for(em) regularizada(s).

3.11. Vinculam-se à presente ordem, independentemente de transcrição, todas as cláusulas constantes na minuta do contrato da licitação identificada neste instrumento, bem como o termo de referência, a proposta de preços da empresa acima mencionada.

.....(.....).....de.....de.....





Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

Termo de Ciência:

- 1) Declaro estar ciente da obrigatoriedade de encaminhar junto com a nota fiscal/ fatura, as certidões de regularidade fiscal/ trabalhista (conforme estabelecido no item 6 deste instrumento) e esta ordem (devidamente assinada).
- 2) Declaro estar ciente das obrigações contraídas, principalmente quanto ao prazo máximo para entrega/execução, sob pena das combinações legais aplicáveis a espécie.
- 3) Declaro ainda, estar ciente que os prazos estabelecidos nesta ordem, iniciar-se-ão a partir do primeiro dia útil após confirmação do recebimento desta via e-mail ou presencialmente, a que ocorrer primeiro.

Ciente em: ____/____/____



Documento assinado eletronicamente por **OSCAR FERNANDO DE OLIVEIRA, Diretor Geral do SAAE**, em 13/03/2026 08:58:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-0741703736324.



Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

ANEXO X – MINUTA TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026.

Contrato nº: ____/ Empenho nº ____

Empresa contratada: ____

O Município de Açailândia – SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, por meio do servidor abaixo assinado, vem, através do presente termo, formalizar o Recebimento Provisório da entrega do(s) serviço(s) abaixo relacionado(s), referente ao processo licitatório em epígrafe, em cumprimento ao disposto na alínea a, inciso II, art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

Item	Descrição	Unidade	Marca/modelo	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Xx	Xxxxxx	xxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Valor total						xxx

Recebemos o(s) referido(s) serviço(s) a fim de proceder avaliação criteriosa, verificando a sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência da licitação acima identificada e com a proposta da empresa supra. E, assim, expedir-se este Termo de Recebimento Provisório em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os legítimos efeitos de direito.

.....(.....).....de.....de.....

Órgão

Sr(a) Representante Cargo/Função

Razão Social Sr(a) Representante Cargo/Função

Município de Açailândia – SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto Cargo/Função



Documento assinado eletronicamente por **OSCAR FERNANDO DE OLIVEIRA, Diretor Geral do SAAE**, em 13/03/2026 08:58:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-0741703736324.



Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

ANEXO XI – MINUTA TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026.

Contrato nº: ____/ Empenho nº ____ Empresa contratada: ____

O Município de Açailândia – SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, por meio do servidor abaixo assinado, vem, através do presente termo, formalizar o Recebimento Definitivo da entrega do(s) serviço(s) abaixo relacionado(s), referente ao processo licitatório em epígrafe, em cumprimento ao disposto na alínea a, inciso II, art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

Item	Descrição	Unidade	Marca/modelo	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Xx	Xxxxxx	xxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Valor total						xxx

Recebemos o(s) referido(s) serviço(s) a fim de proceder avaliação criteriosa, verificando a sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência da licitação acima identificada e com a proposta da empresa supra. E, assim, expede-se este Termo de Recebimento Provisório em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os legítimos efeitos de direito.

.....(.....).....de.....de.....

Órgão
Sr(a) Representante Cargo/Função

Razão Social Sr(a) Representante Cargo/Função
Município de Açailândia – SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto Cargo/Função



Documento assinado eletronicamente por **OSCAR FERNANDO DE OLIVEIRA, Diretor Geral do SAAE**, em 13/03/2026 08:58:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-0741703736324.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA
CNPJ: 10.790.639/0001-71

TERMO DE ENCERRAMENTO

ENCERRO, por este instrumento, o volume único do edital de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº001/2026, possuindo o total de páginas mencionadas no rodapé, numericamente ordenadas e assinadas.

Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Açailândia Estado do Maranhão, 10 de março de 2026.

OSCAR FERNANDO DE OLIVEIRA
Diretor-Geral do SAAE Portaria 067/2026-GAB



Documento assinado eletronicamente por **OSCAR FERNANDO DE OLIVEIRA**, Diretor Geral do SAAE, em 13/03/2026 08:58:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-0741703736324.